

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

61 A arquitetura feminina invisibilizada de Brasília

Apagamento das mulheres em catálogos arquitetônicos

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

A permanência dos “quartos de empregada” em Brasília

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

MONTANDO O FERRO'S BAR

REIVINDICANDO A MEMÓRIA LÉSBICA NO BRASIL

Alyssa Volpini

RESUMO

A partir do Trabalho de Conclusão de Curso — Diplomação 2 —, intitulado “(Re)montando o Ferro’s Bar: reivindicando a memória lésbica no Brasil”, busca-se discutir e potencializar a memória do Ferro’s Bar, espaço fundamental para a história do ativismo lésbico no Brasil. O objetivo principal da pesquisa é trazer como manifesto e proposta projetual a (re)montagem desse espaço de memória, a partir dos vestígios de imagem e relatos de ex-frequentadoras do espaço. Sua fundamentação teórica utiliza elementos de pesquisas embasadas em teorias feministas e interseccionais, bem como estudos do campo da filosofia, antropologia, história da arte e da historiografia urbanística, explorando a sistêmica invisibilidade e marginalização de mulheres lésbicas durante a Ditadura Civil-Militar até os tempos atuais. Partindo de uma perspectiva feminista, este trabalho questiona não apenas o apagamento e invisibilidade das resistências lésbicas, mas também a base sexista, racista e classista que o determina.

PALAVRAS-CHAVE

memória lésbica; feminismos; lesbianidades; Ferro’s Bar.

INTRODUÇÃO

*historicizaram de nós
como sendo inexistentes
apagadas as trajetórias
eliminadas as vivências
mas somos nós mesmas
aquí
agora
a contrapelo
construindo narrativas
trazendo à tona
todas estas que nos antecederam*

[...]

***nos quiseram invisíveis
mas nós
— lésbicas —
sempre fomos história***

Barbara Esmênia

O caminho investigativo deste trabalho tem como ponto de partida o Ferro's Bar, local fortemente associado à população e à cultura lésbicas, assim como sua organização política. O espaço tomou destaque tanto pela sua centralidade na socialização — entre as décadas de 60 e meados de 90, na região central de São Paulo — quanto por ter sido palco da primeira manifestação política organizada por lésbicas no Brasil, que ocorreu no dia 19 de agosto de 1983, durante a Ditadura Militar (1964-1985), contexto no qual o movimento lésbico brasileiro tem origem. Esse levante ficou conhecido como o “pequeno Stonewall brasileiro”, em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos Estados Unidos da América (EUA), em 1969.

Em plena redemocratização, as incursões policiais em locais ocupados por LGBTQIA+¹ eram recorrentes e as frequentadoras lésbicas e bissexuais eram constantemente agredidas e expulsas do Ferro's Bar (cf. Figura 1). Uma das razões desses embates — além da própria presença não heterocentrada² delas — era a distribuição do ChanacomChana, folhetim que tratava da vivência lésbica, produzido de forma independente pelas ativistas do Grupo

1. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais ou Travestis, Queer, Intersexo, Assexual e “+” que se refere as demais orientações sexuais e identidades de gênero como a pansexualidade e a não binaridade.

2. Mulheres que não vivenciavam a heterossexualidade.

de Ação Lésbica Feminista (GALF, 1981-1990), que circulou entre os anos 1981 e 1987 nos bares da capital paulista.

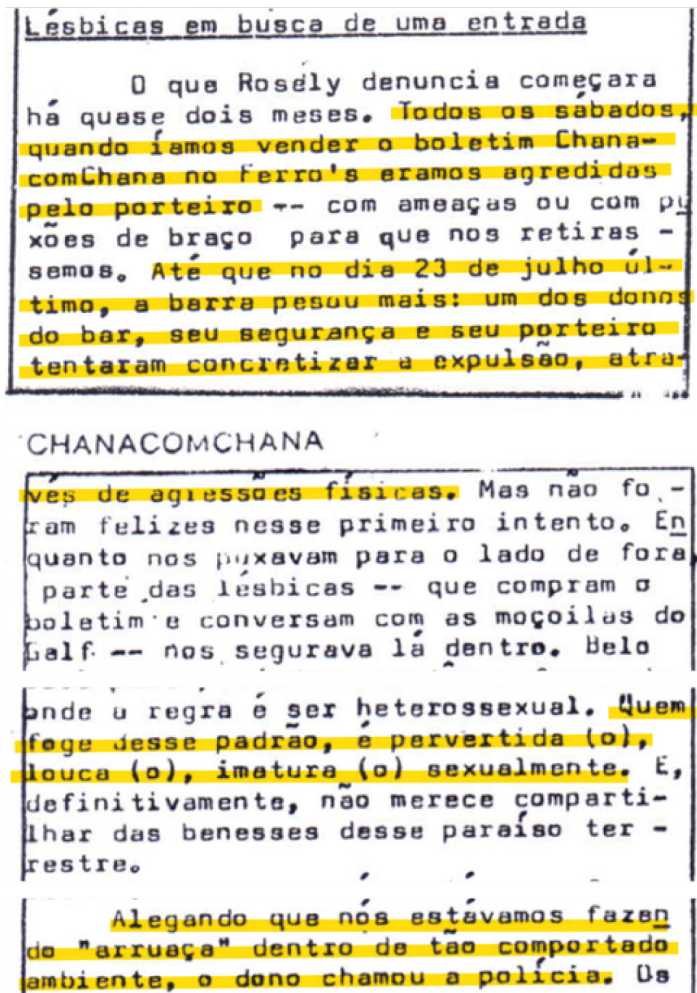


Figura 1

Trecho retirado do folhetim Chanacomchana n.º 4, que narra as agressões e violência que as mulheres vinham sofrendo dentro do estabelecimento, a ação organizada pelas integrantes do GALF (Grupo de Ação Lésbica Feminista) no dia 19 de agosto de 1983.

Fonte: Acervo Pajubá.

No dia 23 de julho de 1983, em um ato de censura, os donos do Ferro's acionaram a polícia para expulsar as ativistas lésbicas, proibindo a venda do folhetim, alegando "atentar contra os valores da família". As mulheres do GALF, juntamente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e parlamentares da época, se

mobilizaram para organizar um levante contra a opressão e para dar um basta nas expulsões arbitrárias e violentas recorrentes. O ato incentivou posteriormente outros grupos LGBTQIA+ e organizações feministas a reafirmarem sua existência e dignidade, se organizando e promovendo outras manifestações de protesto.

De maneira mais ampla, este trabalho parte de um esforço em resgatar a história da lesbianidade longe das determinações patriarcais, devolvendo ao movimento de mulheres lésbicas o direito à memória de espaços de afeto e de visibilidade. Ao mesmo tempo, também questiona o apagamento da resistência lésbica à ditadura, assim como a base patriarcal que o determina — o que só é possível se respaldada pelo feminismo.

A voz do patriarcado, que apaga da história a participação de mulheres que não seguem a heteronormatividade, torna o processo de pesquisa sobre lesbianidade uma tarefa árdua. Investigar esse tema requer não apenas um engajamento político feminista, mas também um esforço arqueológico.

1. APRESENTAÇÃO DO FERRO'S BAR

Durante sua existência, entre os anos 60 e meados de 90 do século passado, o Ferro's Bar era localizado próximo à Av. 9 de Julho, na Rua Martinho Prado, n.º 127, no térreo do Ed. Vesper, em frente ao Museu Judaico de São Paulo, no Bairro do Bixiga, Distrito Bela Vista, em São Paulo. Situado na esquina da Rua Martinho Prado com a Rua Avanhandava, era próximo à Rua Augusta e à Praça Franklin Roosevelt, região onde havia grande concentração de bares e restaurantes (cf. Figuras 2 e 3).

Marisa Fernandes (2020), historiadora e militante precursora do movimento de mulheres lésbicas, relata em uma publicação na plataforma “Memória e História das Homossexualidades”:

O surgimento do Ferro's, em 1961, esteve intimamente ligado à inauguração da matriz da TV Excelsior, canal 9, em 09 de julho de 1960, na cidade de São Paulo. No final desse mesmo mês, a TV alugou, para seus estúdios, o Teatro de Cultura Artística, na Rua Nestor Pestana, 196, no Bairro da Bela Vista/Bixiga, de onde transmitiam e gravavam seus programas e shows. De acordo com o CPDOC, das Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a Excelsior permaneceu nesse local até o ano de 1967.

3. FERNANDES, Marisa. **A visibilidade lésbica e a história do Ferro's bar** (2020).

Disponível em:



Acesso em: 27 abr. 2021

Figura 2

Vista Aérea Virtual (3D) gerada através do site Google Earth, sinalizando a Região que se localiza o Ed. Vesper, onde o Ferro's funcionava durante sua existência.

Fonte: Google Earth.

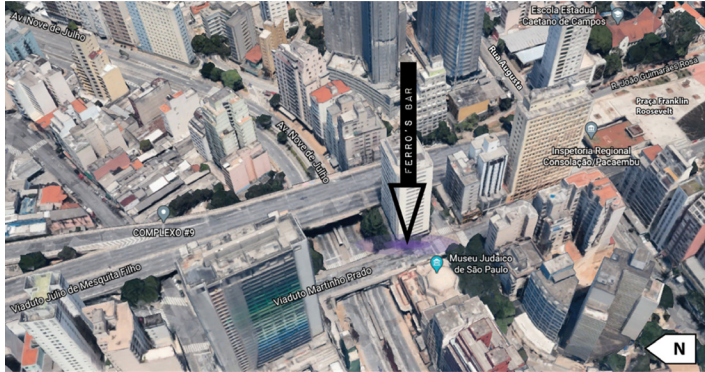


Figura 3

À esquerda, fachada atual onde se localizava o bar, “street view” realizada pelo site Google Earth dia 19/04/2021, e, à direita, foto que mostra o momento em que as ativistas do GALF são barradas de entrar e vender o boletim ChanacomChana no bar. É possível perceber como a fachada permanece semelhante à época em que o bar existia.

Fonte: Google Earth/Site Um Outro Olhar.



A partir de documentos oficiais⁴ do Ferro's Bar, que a historiadora Fernandes teve acesso ao entrar em uma obra que ocorreu em 1996, após a venda do estabelecimento, descobriu-se que o estabelecimento pertencia a três sócios proprietários, dentre eles, os irmãos portugueses José Ferro Monteiro e Aníbal Ferro Pereira⁵, explicando, assim, o nome do estabelecimento.

Antes de ser um bar majoritariamente frequentado por mulheres, “o Ferro's era frequentado por artistas, boêmios, jornalistas, intelectuais, periféricas, prostitutas e, consta que até o golpe de 31 de março de 1964, por ativistas comunistas” (FERNANDES, 2020). Era um lugar central de encontros das mais diversas especificidades, classes, idades, profissões e orientações sexuais. E, por volta de meados dos anos 60, passou a ser um ponto fortemente associado ao público lésbico e fazia parte de um complexo de bares no Bairro do Bixiga que eram ocupados por um público semelhante.

O estabelecimento funcionava de segunda a segunda, abrindo às 10 h e fechando às 05 h, era conhecido pela comida de ótima qualidade e preço acessível. No público diurno, período em que o bar funcionava como pizzaria e restaurante, era em sua maioria frequentado por famílias nucleares, tradicionais e trabalhadores da região. Já no período noturno, era ocupado por estudantes e intelectuais — dada a proximidade do circuito universitário composto pela Pontifícia Universidade Católica, pela Universidade Mackenzie e pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL) —, além de artistas e músicos de grupos engajados em experiências artísticas ligadas à resistência, em especial ao Teatro de Arena, jornalistas, prostitutas, ativistas — em sua maioria, mulheres lésbicas. O bar possuía por volta de 30 a 40 mesas, com capacidade de até 200 pessoas⁶ e apenas um banheiro feminino, o que gerava filas grandes e incômodo para as frequentadoras.

Uma reportagem publicada na Folha de São Paulo pelo jornalista Carlos Brickmann, em 21 de agosto de 1983, descreve o interior do bar:

O Ferro's Bar é um dos melhores exemplos de má decoração que existem em São Paulo. Chão amarelo não muito limpo, de cacos de cerâmica; paredes com azulejos azuis até à metade e terríveis pinturas multicoloridas na parte superior; enfeites de gesso creme que certamente conheceram melhores tempos; e colunas revestidas embaixo de fórmica branca, no meio de fórmica azul, no alto de pastilhas espelhadas. Isso é compensado pela comida, boa — embora um pouco oleosa — e relativamente barata. Em outras épocas, foi reduto de jornalistas, escritores e prostitutas; depois, de homossexuais masculinos; finalmente de lésbicas (BRICKMANN, 1983).

2. GOLF, CHANACOMCHANA E A RETOMADA DO FERRO'S

É em oposição à Ditadura Militar (1964-1985) que se concretiza a organização política do movimento brasileiro de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil⁷. Sendo alvo da perseguição da ditadura simplesmente por serem lésbicas e isoladas politicamente pela esquerda, pelo “movimento homossexual”⁸ e pelo movimento feminista, as lésbicas unem-

4. Documentos como “movimento de entrada e saída de produtos, contratação de funcionários, expedição de salário família, 13^o, adesão ao FGTS, mas não seguem uma ordem de datas. Estão dispersos entre 1964 e novembro de 1999”.

Trecho retirado do site “**Memórias e Histórias de Homossexualidades**”. FERNANDES, Marisa. A visibilidade lésbica e a história do Ferro's bar (2020).

Disponível em:



Acesso em: 27 abr. 2021

5. Ibidem.

6. Ibidem.

7. Conceituado por James N. Green como a primeira onda do movimento LGBT brasileiro que iniciou no fim da década de 1970 e teve duração de uma década (GREEN, 2015).

8. Também denominado de “movimento gay”, o que hoje conhecemos por movimento LGBTQIA+. Sendo até hoje criticamente chamado de “GGGG”, denunciando ainda as posturas falocêntricas e misóginas presentes no movimento.

9. Fundado em 1978, em São Paulo, é considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos direitos LGBT.

10. Edição número 12 do jornal “Lampião da Esquina”.

Disponível em:



Acesso em: 06 mai. 2021

se em torno das pautas da redemocratização e do combate à lesbofobia.

Em abril de 1979, as mulheres do Grupo Somos de Afirmação Homossexual⁹, as do grupo Eros e outras independentes (no total, 25 mulheres), foram convidadas a escrever uma matéria sobre lesbianidades para o jornal Lampião de Esquina, publicação de temática homossexual do Rio de Janeiro, que circulou entre os anos 1978 e 1981. A edição de número 12 traz na capa o título “Amor entre mulheres (elas dizem onde, quando, como e porquê)” (vide Figura 4) e as páginas discutem, de forma aberta e pública, pautas de mulheres lésbicas, como lesbofobia, perseguição policial, sexo e sexualidade. Segundo o próprio jornal¹⁰, é a primeira vez que a vivência lésbica foi pautada sem o viés patologizante ou de repressão.



Figura 4

Capa do jornal Lampião da Esquina número 12, publicado em maio de 1979.

Fonte: Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX).

Sendo a questão de gênero, desde essa época, um problema dentro do Movimento Homossexual, as mulheres integrantes do Somos resolvem criar um subgrupo, em 1979, em reação às atitudes machistas e discriminatórias dos integrantes *gays* homens. Identificando-se com as pautas feministas, tornam-se o subgrupo lésbico-feminista do Somos. Porém, entendendo a importância da autonomia e buscando realmente priorizar seus interesses e suas demandas, as integrantes do subgrupo criam, em maio de 1981, a primeira auto-organização de lésbicas no Brasil, passando a se autodenominar Grupo Lésbico Feminista (LF), tornando pública a autonomia total do LF. Segundo Fernandes (2018, s/p)¹¹,

O LF era bastante plural, tinha de empregada doméstica a programadora de software, mulheres que não vinham da Academia, mas dos “armários” e do “gueto”. O ponto comum entre elas era o lesbianismo.

Uma de suas ações foi a primeira publicação do “ChanacomChana”, em 1981, em formato de jornal, trazendo na capa uma entrevista com a cantora Angela Ro (cf. Figura 5). No dia 17 de outubro do mesmo ano, o grupo sofreu um enfraquecimento e algumas militantes remanescentes¹² substituíram-no formalmente pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), auto-organização lésbica independente, sendo um dos poucos grupos lésbicos brasileiros durante toda a década de 80, assim como o Terra Maria Opção Lésbica, formado por outras integrantes do subgrupo do Somos. No início dos anos 90, o GALF tornou-se Rede de Informação Um Outro Olhar, coordenada por Miriam Martinho até hoje (MARTINHO, 2015).

Compreendendo a importância de pautar de forma política suas vivências — fora das pautas heteronormativas do movimento feminista —,

essas militantes foram pioneiras em reivindicar a visibilidade lésbica, enfrentando, assim, o movimento feminista, que classificava as vivências lésbicas como “opção ou preferência sexual” (MARTINHO, 2019)¹³ e a própria esquerda brasileira homofóbica, que considerava a homossexualidade um “vício burguês” (GREEN, 2000). Em dezembro de 1982, as integrantes do GALF relançaram a primeira edição de 1981 do ChanacomChana,

11. Artigo de Marisa Fernandes “O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil” (2018).

Disponível em:



Acesso em: 13 mai. 2021

12. Miriam Martinho e Rosely Roth, militantes precursoras do movimento de mulheres lésbicas no Brasil.

13. Informações retiradas do importante sítio da história do ativismo lésbico, o site “Um Outro Olhar”, por artigo de autoria de Miriam Martinho, intitulado “19 de agosto: há 37 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil” (2019).

Disponível em:



Acesso em: 06 mai. 2021

O folhetim ChanaComChana marcou a história do ativismo lésbico. Suas pautas incluíam reflexões sobre diferentes aspectos da experiência lésbica e constituíram verdadeiras pedagogias culturais para quem não teria acesso a discursos não discriminatórios sobre lesbianidade. Mais do que isso, em suas páginas é possível acompanhar debates políticos da época, operações policiais no “gueto” homossexual de São Paulo e a atuação de movimentos sociais em torno da Assembleia Constituinte (ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO, 2021)¹⁴.

14. Trecho retirado da matéria **“Imprensa lésbica brasileira: 40 anos de existência e muito por fazer”** escrita pelas Cofundadoras do Arquivo Lésbico Brasileiro — ALB (2021).

Disponível em:



Acesso em: 06 mai. 2021



Figura 6

Capa e recorte do folhetim ChanacomChana n.º 1.

Fonte: Arquivo Pajubá/Arquivo.

O GALF atuou fortemente contra a repressão ditatorial, lesbofóbica e machista. Promoviam a circulação entre os guetos de lésbicas, distribuindo panfletos de protesto contra a discriminação violenta contra mulheres não heterossexuais, enfatizando no debate as intersecções das opressões, frisando a questão de gênero, sexualidade e raça, divulgando as atividades e encontros do grupo e distribuindo o boletim ChanacomChana.

A partir de 1980, ainda na ditadura, o delegado José Wilson Richetti comandava várias ações arbitrárias que prendiam, torturavam e extorquiam os alvos que eram homossexuais, travestis, transsexuais, prostitutas, negros e desempregados. O grupo foi peça fundamental em divulgar e tornar pública a violência de que grupos da sociedade vinham sendo vítimas. No dia 13 de junho de 1980, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, O GALF se uniu ao Movimento Negro Unificado (MNU), a grupos homossexuais e grupos feministas em um ato público em repúdio às ações de Richetti. Esse evento é lembrado hoje em dia como a primeira “parada” LGBTQIA+ da cidade de São Paulo.

Em seguida, na passeata a favor dos direitos humanos dos “desviantes” da moral e dos bons costumes (QUINALHA, 2017), no dia 15 de novembro do mesmo ano, a “Operação Sapatão” (vide Figura 7) invadiu locais frequentados por mulheres lésbicas e bissexuais e indiscriminadamente as apreendeu por parecerem “sapatão”. Elas foram extorquidas para saírem da prisão.

Os episódios de repressão eram constantes e um brado de resistência emergiu nesse momento. Durante a venda do folhetim ChanacomChana no centro de São Paulo, no dia 23 de junho de 1983, as ativistas do GALF foram expulsas por empurrões e proibidas pelos donos e porteiros de entrar no Ferro’s Bar — estabelecimento majoritariamente frequentado e sustentado por lésbicas. Após agressões semanais, todas as vezes que iam vender seu folhetim, a última expulsão e proibição mostrou-se como a gota d’água para eclodir a primeira manifestação do movimento lésbico brasileiro contra o preconceito e a discriminação.

Em reação ao episódio da noite do dia 23 de julho, as militantes do GALF denunciaram a lesbofobia que vinham sofrendo no Ferro’s por meio de um manifesto distribuído no complexo de bares frequentados por lésbicas no Bairro do Bexiga. Nele, convocaram à reflexão frequentadores do Ferro’s para que se solidarizassem e apoiassem a luta (manifesto completo abaixo). Com apoio de feministas, ativistas *gays*, defensores dos direitos humanos, imprensa e parlamentares da época, como Irene Cardoso (PT), as militantes do GALF organizaram um ato em protesto diante do autoritarismo que vinham enfrentando. No dia 19 de agosto de 1983 — episódio que ficou conhecido como o pequeno *Stonewall* brasileiro¹⁵ — driblaram o porteiro que bloqueava a entrada delas e invadiram o estabelecimento à força (cf. Figura 8).

15. Em referência à resistência da comunidade homossexual estadunidense à repressão policial no *Stonewall Inn*. Atualmente, no dia 28 de junho celebra-se internacionalmente o Dia do Orgulho LGBT.

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da **Operação-Sapatão** do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do **gueto** das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o Ferro's, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 80. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro Ferro's direto.

Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: Cachação, Canapé, Último Tango. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

— Me levaram pra dentro do Cachação — conta a moça de 22 anos — e fui logo mostrando meus documentos. Mas o polícia disse: não interessa documento, você é **sapatão**.

O camburão deixou a moça — como também os outros 200 presos — na 4ª Delegacia de Polícia, numa travessa da rua Augusta. Ela ficou lá de meia-noite às três da manhã. E só saiu depois de dar dinheiro.

— Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas — continua a estudante — e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.

A moça — que não quis dar seu nome — diz que



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Ai ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzelros no bolso.

Ela não sabe direito quem recebia esse dinheiro das presas. ("Talvez um funcionário subalterno".) Sabe, sim, que quem dava mais sala mais cedo. E ela, uma das últimas, deixou os Cr\$ 100, apavorada:

— Pensei que não aceitassem tão pouco.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas.

Um mês depois dessa operação, o ambiente na rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não terão sossego nem nos poucos bares "em que são confinadas", como se expressa a estudante de 22 anos.

Ela circula no **gueto** desde os 17 anos e precisa muito disso:

— Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa.

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois além de tudo ela não val dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Pra lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e dois de lésbicas. Todos estão em formação, pois começaram mesmo nos primeiros meses de 1980, quando o delegado Richetti promoveu os famosos **rondões** que caçavam travestis. Para esses grupos organizados, as ações da polícia em novembro foram uma continuação daqueles **rondões**. Mas, apesar desse clima todo, a dona do bar Cachação, conhecida por **Pelé**, não está muito preocupada e até fala bem de Richetti:

— Conversei com ele, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a **Operação-Sapatão** foi um mal necessário. Havia meus elementos que frequentavam aqui e agora sumiram.

Confiante no negócio, **Pelé** inaugurou, na dia 11 de dezembro, uma nova boate. Só para mulheres.

Omar Cupini Jr.

Figura 7

Único registro histórico encontrado sobre a operação, publicado um ano depois do ocorrido, assinado pelo jornalista Omar Cupini Júnior. Além das prisões arbitrárias, todas as detidas tiveram que pagar fiança e tiveram seus nomes arquivados na delegacia. A área destacada reforça a importância dos espaços de socialização entre mulheres não heterossexuais.

Fonte: Memória e Histórias das Homossexualidades.

Figura 8

Capa do folhetoim “ChanacomChana” n.º 4, nessa edição do folhetoim contém matéria que descreve o ato de resistência e protesto ocorrido no dia 19 de agosto de 1983 no Ferro’s Bar, objeto central do presente trabalho. O “ChanaComChana” marcou a história do ativismo de mulheres lésbicas e bissexuais nos anos de 1981 a 1987; e suas pautas incluíam reflexões sobre diferentes aspectos da experiência lésbica e constituíram verdadeiras pedagogias culturais para quem não tinha acesso a discursos não heteronormativos.

Fonte: Arquivo Pajubá.



CHANACOMCHANA

4

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

FERRO'S BAR, DIA 19 DE AGOSTO: UMA VITÓRIA CONTRA O PRECONCEITO



**A OPÇÃO
PELA
AUTONOMIA**

★

**'FIM DE CASO':
LÉSBICAS
NO TEATRO**

BEM, GENTE, ACHO QUE CHEGOU A HORA DE FALARMOS ABERTAMENTE.

CHEGA DE SUBTERFÚGIOS.

E VOCÊ QUE É UMA PESSOA INTELIGENTE HÁ DE CONVIR COMIGO QUE TEMOS QUE NOS UNIR, POIS SÓ A UNIÃO FAZ A FORÇA.

NÃO QUEREMOS QUE VOCÊ EMPUNHE A BANDEIRA DE HOMOSSEXUAL CONTRA A SUA VONTADE, MAS GOSTARÍAMOS QUE VOCÊ OLHASSE PARA DENTRO DE VOCÊ E VISSE O QUANTO GENTE VOCÊ É, QUE SER HUMANO MARAVILHOSO SE ESCONDE ATRÁS DE UMA MÁSCARA, BRINCANDO DE FAZ DE CONTA. FAZ DE CONTA QUE SOU TRATADA IGUALMENTE COMO TODAS AS PESSOAS.

FAZ DE CONTA QUE O RESTAURANTE QUE EU FREQUENTO ME RESPEITA COMO EU MEREÇO.

FAZ DE CONTA QUE A SOCIEDADE ME ENCARA SEM PRECONCEITO.

FAZ DE CONTA ATÉ QUANDO?

VOCÊ SABIA QUE COLEGAS SUAS, SERES HUMANOS COMO VOCÊ, SÃO POSTAS PARA FORA DE NOSSO MEIO COMO SERES LEPROSOS?

VEJA, POR EXEMPLO, O QUE ACONTECEU NA NOITE DO SÁBADO PASSADO, DIA 23 DE JULHO, SÓ PORQUE UMAS MENINAS ESTAVAM VENDENDO SEU BOLETIM O CHANACOMCHANA, NUM CERTO BAR QUE CONHECEMOS, O DONO DO BAR E OS SEGURANÇAS QUERIAM EXPULSÁ LAS À FORÇA SÓ PORQUE O BOLETIM FALA DAS NOSSAS VIDAS

CLARAMENTE, SEM VERGONHA OU MEDO E ATÉ COM MUITO ORGULHO.

E É SÓ POR ISSO MESMO, JÁ QUE, NO MESMO DIA, O EXÉRCITO DA SALVAÇÃO ESTAVA VENDENDO SEU JORNAL PARA NOS LIVRAR DO “PECADO” E NINGUÉM O INCOMODOU.

NESSA NOITE, QUISERAM EXPULSAR AS COLEGAS, MAS NÓS NÃO DEIXAMOS E ELAS FICARAM, JANTARAM

Texto retirado
in litteris do
folheto original
distribuído no
Ferro's Bar

Fonte: acervo Rede
de Informação
Um Outro Olhar.

E PAGARAM A CONTA COMO SEMPRE COSTUMAM FAZER, POIS, PRA UNS E OUTROS, EMBORA NÃO PASSEMOS DE CÃES SARNENTOS, NOSSO DINHEIRO NÃO TRANSMITE NOSSA DOENÇA. E ELES SABEM FAZER BOM USO DELE, NA COMPRA DO CARRO ZERO KW, NO ESTUDO DO FILHO NO EXTERIOR, ETC.

QUEREMOS TER OS MESMOS DIREITOS DAS OUTRAS PESSOAS, NÃO SÓ SEUS DEVERES.

E PRECISAMOS COMEÇAR A BATALHAR POR ISSO A PARTIR DOS LUGARES QUE FREQUENTAMOS E SUSTENTAMOS. OU NÓS NOS UNIMOS OU CENAS COMO A DO SÁBADO PASSADO CONTINUARÃO A OCORRER E PODERÁ SER COM QUALQUER UMA DE NÓS POR QUALQUER MOTIVO.

NOSSAS COLEGAS ESTÃO PROIBIDAS DE ENTRAR NO FERRO 'S PORQUE QUEREM VENDER UM BOLETIM QUE TAMBÉM É NOSSO E PORQUE QUEREM CONVERSAR CONOSCO.

VAMOS ADMITIR ESSA PROIBIÇÃO?

GUARDE E PENSE COM CALMA. EM CASA. REFLITA, FAÇA UMA AUTOANÁLISE, SE POSSÍVEL RELEIA ESTE TEXTO COM BASTANTE ATENÇÃO E, SE VOCÊ NÃO SE IMPORTA CONSIGO MESMA, JOGUE FORA E FAÇA DE CONTA QUE NADA LEU.

CASO CONTRÁRIO NOS PROCURE.

NOSSO ENDEREÇO É RUA AURORA, 736, APTO 10, E DEIXE O SEU RECADOS.

CASO CONTRÁRIO, PROTESTE CONTRA A PROIBIÇÃO DE NOSSA ENTRADA COM O DONO DO BAR. E, CASO CONTRÁRIO, NOS APOIE QUANDO FORMOS VENDER O BOLETIM CHANACOMCHANA.

PARTICIPE NA LUTA CONTRA O PRECONCEITO QUE NOS DISCRIMINA, POIS TODA MANEIRA DE AMOR VALE A PENA.

GRUPO AÇÃO LÉSBICA FEMINISTA

CX.POSTAL 62,618, CEP 01000, SP

JULHO DE 1983.

Em meio a *flashes* dos fotógrafos e ao coro dos que estavam dentro do estabelecimento dizendo “entra! entra! entra!”, Rosely adentrou o bar, subiu em uma cadeira e discursou sobre a luta pelas liberdades democráticas, denunciando as atitudes autoritárias do bar. A deputada Irene Cardoso intermediou o diálogo das militantes do GALF com o dono, diante do tumulto gerado, sendo tudo coberto pela imprensa. Em alto tom, Irene anunciou:

O dono do bar está dizendo que foi tudo um mal entendido, que ele ama as lésbicas, quer que venham aqui e vendam seu boletim em paz. Quer que conversem com o outro sócio, também, para acabar com todos os mal-entendidos. Ele reconhece que vive de vocês. E viva a democracia!

Em voz alta, Aníbal, o proprietário, assumiu o compromisso em não hostilizá-las dali em diante.

Em reconhecimento à ação vitoriosa e em homenagem¹⁶ à ativista Rosely Roth — grande articuladora e figura destaque do ato —, em 2003, pelos grupos Rede de Informação Um Outro Olhar e Associação da Parada LGBT de São Paulo, a data foi proposta como Dia Nacional do Orgulho Lésbico, tanto pela importância indiscutível da vitoriosa retomada do Ferro’s e marco fundamental para história do movimento de lésbicas brasileiro, quanto uma forma de contribuir com a desmistificação da doença que a acompanhava, dando destaque a sua luta pela quebra dos silêncios e contra o preconceito e a discriminação.

Mas foi só em 2008 que o dia 19 de agosto foi oficializado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a aprovação do Projeto de Lei 496/2007 (MARTINHO, 2012).

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Investir na coletividade, na potência das multiplicidades, nos devires minoritários (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 50).

Nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido. É preciso tomar a perda em nossas mãos e delas fazer a tinta de escrita da nossa história (BENJAMIN, Walter).

16. Rosely, aos 30 anos, após 2 anos e meio lutando contra a esquizofrenia, no dia 28 de agosto de 1990, suicidou-se no apartamento de sua namorada, Vera Lúcia S. de Barros, em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro.

Este trabalho busca chamar atenção da comunidade acadêmica, dos profissionais da área de arquitetura e urbanismo e da sociedade em geral para o sistemático apagamento e invisibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais na história, assim como de todas as minorias em direitos que resistem arduamente. Para isso, apresento vestígios de arquivos e da memória como convite à reflexão sobre a forma que questões da diversidade sexual e de gênero têm sido tratadas dentro da história das cidades e os reflexos disso na sociedade como um todo.

Busca-se “um tipo de sobrevivência — um tipo de ‘vida’ que ressurgem em outra época, algo que permanece vivo, principalmente na memória” (JACQUES, 2018, p. 210), diante da inexistência do reconhecimento material de uma memória que gire em torno desse importante espaço para a história do movimento de lésbicas no Brasil. Portanto, neste trabalho, proponho — partindo dos vestígios de imagem e de memória do local — espacializar o Ferro’s Bar, assim como possibilitar a reprodução, ou melhor, a remontagem virtual do local (desenhos técnicos, modelagem 3D e colagens). Não se trata de “reconstruir” propriamente o espaço ou restituir aquilo que não existe mais, mas de potencializar o que ainda existe: as lembranças, as falas, as memórias e a existência daquelas que movimentaram e viveram esse espaço.

Além disso, pretende-se:

- Reforçar a arquitetura e o urbanismo também como ferramentas de preservação da memória coletiva, compreendendo o Patrimônio Histórico como parte da identidade de uma sociedade — assim como dos atores que a compõe — sendo necessário que os profissionais do patrimônio questionem com responsabilidade e ética “o processo de ativação da memória, implícito na ação de preservação do patrimônio cultural, corresponde a programar o esquecimento, a controlar seletivamente aquilo que se considera de fato relevante e que interessa manter vivo” (BÓGEA, 2007);
- Questionar as formas tradicionais e hegemônicas de se pensar e narrar a história — em particular, a história das mulheres —, se debruçando sobre as lacunas, descontinuidades e ausências de imagens sobre o objeto central deste trabalho que é a memória, dentro de um recorte espaço-temporal,

do Ferro's Bar, explorando a memória afetiva, a identidade coletiva e a história não institucionalizada do espaço.

- Dar ênfase ao fato de que o fortalecimento e o amadurecimento de qualquer movimento social se dá pelo conhecimento e reconhecimento de sua história. Dessa forma, sem a pretensão de falar por tantas vozes que compõem essa história, espera-se contribuir não apenas com o movimento de mulheres lésbicas, mas também com os movimentos feministas e LGBTQUIA+.

4. JUSTIFICATIVA

Se a história não fala das relações físicas e emocionais entre as mulheres é porque não existiram? Ou porque sua existência representa a desestabilização e o caos em um mundo instituído na ordem “natural” e “divina” da heterossexualidade dominada pelo masculino? O que seria do mundo patriarcal se as mulheres dispensassem os homens de suas camas e de seu afeto, se recusassem a parceria incontornável e a reprodução como definidora de suas identidades? (NAVARRO-SWAIN, 2009, p. 13).

Este trabalho atravessa questões de cunho bastante pessoal, como a minha própria corporeidade, já que me coloco enquanto pesquisadora corporificada e parte da pesquisa. Questionar existências dignas para minorias de direito me faz questionar todo o sistema que oprime, marginaliza e invisibiliza as múltiplas formas de existências.

A grande maioria das pessoas LGBTQUIA+ crescem em ambientes heteronormativos e cisgêneros, sem representações positivas de suas identidades, seus corpos, afetos e relações. Essa ausência de representatividade social e cultural dificulta a autoaceitação e autoconhecimento, sobretudo na juventude, fase da vida importante para construção da autonomia e da personalidade. É urgente pleitear a visibilidade e a representatividade dos corpos que desviam da violenta norma patriarcal, racista, capitalista e hetero-cisgênero-compulsória dentro da história, nas cidades e na própria sociedade. Para isso, é necessário estruturar o debate a partir das coletividades silenciadas à margem, garantindo assim o direito à vida e o direito de ir e vir.

O recorte temporal deste trabalho tem como ponto de partida meados dos anos 60 — passando por todo período que o Ferro's Bar existiu — e se conectando com o tempo presente, a partir do resgate de memórias e relatos feitos pela pesquisa. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi pioneira na investigação de crimes contra minorias durante a ditadura militar brasileira e traz contextualização fundamental para o trabalho:

A discriminação contra pessoas LGBT não surgiu durante a ditadura¹⁷. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; em discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes como pessoas anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 6).

Como é reforçado no trecho de relatório da Comissão da Verdade (2014), antes da ditadura, a homossexualidade não era completamente aceita e bem vista, mas existia uma certa tolerância às práticas homossexuais — contanto que estivessem “dentro de espaços sociais bem demarcados e circunscritos: Carnaval, lugares fechados e isolados de sociabilidade LGBT” (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 6). Nos anos de 1950 a 1960, mudanças profundas estavam acontecendo tanto no Brasil como nos EUA, na Europa e na Argentina. Destacam-se as reivindicações por reconhecimento de outras identidades e orientações sexuais dos movimentos sociais, “que possibilitaram a criação de novas atitudes diante da homossexualidade e que levaram a uma maior aceitação das diferenças no campo da sexualidade” (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 6).

Devido ao golpe de 1964 no Brasil, adiou-se a efervescência das lutas democráticas pelas liberdades públicas do movimento LGBT, como reforça James Green no livro “Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX”:

17. Essa indicação tem por base o texto de autoria de James N. Green e Renan Quinalha intitulado “**Contribuição sobre o tema Ditadura e Homossexualidade para relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras**”, publicado na obra **Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade** (2014).

Parece claro que se o governo militar não tivesse deslanchado uma onda de repressão, ampliado a censura e restringindo os direitos democráticos em fins de 1968 com a imposição do AI-5 além de outras medidas, um movimento politizado pelos direitos de gays e lésbicas possivelmente teria surgido já no início dos anos 70 (GREEN, 1990).

Assim, instaurou-se um regime autoritário e repressor ligado aos valores tradicionais, que tinha o objetivo de eliminar as diferenças e as diversidades, pautado na censura, no aumento do poder da polícia, na arbitrariedade nas repressões estatais e na grave violação dos direitos humanos de pessoas LGBT+.

Durante todo o regime¹⁸, a lesbofobia institucionalizada sofreu manutenção, sendo lésbicas alvo duplo das ações repressivas e violentas do Estado por serem mulheres e homossexuais, como na já citada “Operação Sapatão”, que ocorreu no dia 15 de novembro de 1980, comandada pelo delegado José Wilson Richetti, que tinha como alvo principal as lésbicas. As perseguições à população LGBT+ eram constantes, mas essa teve o foco de invadir estabelecimentos frequentados por lésbicas como: Ferro’s, Último Tango, Canapé e Cachação, que faziam parte do complexo de bares localizado na Rua Martinho Prado, em São Paulo. Segundo a Comissão da Verdade (2014), mesmo as mulheres estando com documentos corretos em mãos, eram detidas sob o argumento “você é sapatão”. Foi um arrastão de extorsão e corrupção que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão.

Dentre as muitas páginas do relatório da Comissão da Verdade (2014), um breve espaço é destinado à discussão das lesbianidades no capítulo sobre a relação entre ditadura e a homossexualidade, intitulado “Tomo I – Parte II – Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ‘Rubens Paiva’”. Em sua totalidade, o capítulo dá destaque às pautas de homens *gays*, “esquecendo” a participação política de mulheres lésbicas e bissexuais durante os anos de chumbo. Em uma das poucas ocasiões que discorre sobre lesbianidades, ilumina a importância do episódio que aconteceu no dia 19 de agosto de 1983, no Ferro’s Bar:

Conhecido como o “pequeno Stonewall brasileiro”, em referência à histórica rebelião de homossexuais ocorrida nos EUA em 1969.

18. OLIVEIRA, Luana Farias. “Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura militar no Brasil” (2017).

Esse bar sempre foi muito frequentado pelo público lésbico à noite, sendo que ali também os grupos de militância atuavam: discutiam, vendiam os boletins ChanacomChana, divulgavam eventos etc.

[...]

Na noite do sábado 23 de julho de 1983, algumas ativistas estavam vendendo o Boletim Chana com Chana dentro do Ferro's e, em certo momento, o proprietário, os seguranças e o porteiro quiseram expulsá-las à força. Disseram que elas estavam proibidas de entrar ali e vender os boletins. Graças à resistência das presentes, as militantes puderam permanecer ali. Mas, nos próximos dois meses que se seguiram, enfrentaram resistência e ameaça por parte do porteiro que as tentava retirar dali. Assim, as lésbicas decidiram pela retomada do Ferro's Bar e marcaram essa ação política para a noite de 19 de agosto do mesmo ano. Para tanto, articularam-se com a imprensa, ativistas gays e lésbicas, feministas, ativistas dos direitos humanos e com a Vereadora Irede Cardoso, os deputados Ruth Escobar e Eduardo Suplicy, sob organização da militante lésbica Rosely Roth (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 20).

Marisa Fernandes¹⁹ prestou depoimento na primeira audiência pública da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo e em sua fala reforçou e deu destaque ao Ferro's Bar, citou o folhetim ChanacomChana e mostrou o protagonismo das militantes do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) no levante:

O Ferro's Bar foi o mais importante espaço para as lésbicas de São Paulo, muito antigo, bar e restaurante, durante o dia um restaurante, durante a noite uma verdadeira sapataria, né? Lésbicas saindo pelo ladrão, dávamos muito lucro para aquela bar, que tinha um banheiro só, portanto dávamos bem pouca despesa, porque era mais fácil fazer xixi em outro lugar do que lá, não é? Mas eles não permitiram que a gente vendesse, os donos, que vendessem nosso "ChanacomChana", o jornalzinho que passou ali. Eles em 1983, em agosto proibiram a gente de vender isso lá dentro, apesar de todo o lucro que a gente dava, foi quando nós montamos, as lésbicas, eu não estava me São Paulo no momento, mas as lésbicas do GALF organizaram uma invasão, e aí chamaram a imprensa, chamaram a Irene Cardoso que esteve

19. Marisa Fernandes é historiadora e uma das militantes precursoras do movimento de mulheres lésbicas. Suas produções contribuem de maneira imprescindível para a memória política do movimento. Atuou na primeira auto-organização lésbica (GALF) e desde 1990 participa do Coletivo de Feministas Lésbicas — CFL.

lá presente, a vereadora, e os ativistas gays e lésbicas foram todos pra lá, invadiram o Ferro's Bar, e, como eles alegaram que a gente estava fazendo arruaça, dentro de tão comportado ambiente, o dono chamou a polícia, mas deu sorte naquela noite, a polícia acabou sendo imparcial. A Irene chamou os donos, porque eles se calaram, desapareceram, ela os fez estar presentes e houve muito discurso, foi um Stonewall brasileiro com certeza, é considerado o dia 19 de agosto, também Dia Nacional do Orgulho Lésbico em referência a essa invasão do Ferro's Bar. A Rosely Roth foi a mulher que encabeçou esta invasão do Ferros, foi uma das mais importantes, se não a mais importante, militante lésbica desse período da ditadura, ela viveu só 30 anos de idade (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 20).

O folheto ChanacomChana — que representou a mais importante iniciativa de lésbicas no âmbito da comunicação — só é citado na Comissão da Verdade nessa fala de Marisa. Em dois momentos, pauta-se a importância dos meios de comunicação empenhados em debater a pauta da população LGBTQIA+, porém apenas cita-se o Lâmpião da Esquina²⁰ e a Coluna do Meio²¹ do jornal Última Hora.

Assim, fica evidente que, até mesmo em espaços de discussão que envolvem a comunidade LGBTQIA+, as pautas das mulheres lésbicas são limitadas e silenciadas. Desse modo, o sistemático apagamento político e histórico sobre a lesbianidade, que oculta narrativas de mulheres lésbicas e bissexuais, é uma reflexão norteadora e motivadora deste breve e limitado estudo.

Por fim, ao final desse Tomo direcionado às homossexualidades, dentre as oito recomendações, a terceira é direcionada à memória do Ferro's:

Construção de lugares de memória dos segmentos LGBT ligados à repressão e à resistência durante a ditadura (ex. Delegacia Seccional do Centro na Rua Aurora, Departamento Jurídico XI de Agosto, Teatro Ruth Escobar, Presídio do Hipódromo; Ferro's Bar; escadaria do Teatro Municipal, etc.) (COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 20).

Compreendo que os campos da arquitetura e do urbanismo não se sustentam apenas como espaço físico, mas sim pelas

20. O Lâmpião da Esquina (1978–1981) foi um jornal brasileiro que surgiu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, após os duros anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. Era ligado à causa homossexual e às demais existências que não possuíam voz na sociedade (negros, indígenas, mulheres). Contribuiu de forma significativa com a construção de uma identidade nacional pluralista, sobretudo em um período antidemocrático. Era organizado pela primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, o grupo Somos marca o início do movimento LGBT no país.

21. Coluna escrita por Celso Curi no jornal Última Hora, lançada em 1976. Trazia notas sobre homossexualidade masculina e correio elegante. Perseguido pela censura da ditadura por ofender a moral e os bons costumes, Celso foi absolvido, mas perdeu espaço no jornal (OCANHA, 2015).

vivências singulares e subjetivas de cada indivíduo que nela habita (BRESCIANI, 2002). Sendo assim, o trabalho pretende contribuir de alguma forma com o reconhecimento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial que gira em torno do Ferro's Bar, resgatando, a partir de arquivos, entrevistas e levantamentos fotográficos, o registro espacial e imagético do Ferro's Bar, assim como a reprodução, ou melhor, uma montagem espacial virtual do local, partindo das memórias de frequentadoras do espaço, protestando e reivindicando o direito à memória e à representatividade lésbica no Brasil.

5. METODOLOGIA

As primeiras intenções de projeto partem do resgate da memória do Ferro's Bar e para isso utilizo posturas teórico-metodológicas que serão estabelecidas a partir de reflexões sobre o espaço, os fragmentos coletados e as narrativas que atravessam essa lacuna de memória, sendo elas:

5.1. CONSTRUÇÃO DE UM ACERVO PARA PESQUISA

Como início de percurso do trabalho, foi necessário fazer uma imersão em busca de arquivos, entrevistas, registros documentais, personagens envolvidas no levante do dia 19 de agosto de 1983 e ex-frequentadoras do Ferro's Bar, com o intuito de compilar e aproximar o máximo de informações sobre esse espaço, dentro do recorte temporal, para que as demais diretrizes do trabalho sejam possíveis.

5.2. RESGATAR A HISTÓRIA É UMA AÇÃO POLIFÔNICA

O espaço, neste trabalho, assume a dimensão além do sentido material, mas como local fundante das relações socioculturais, de luta e resistência (BRESCIANI, 2007). Então, sem a pretensão de contar individualmente essa história, tornam-se pilares fundamentais para o resgate proposto, a pesquisa bibliográfica, a análise documental e entrevistas em profundidade.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos autores sobre determinado assunto, a

pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com objetos da pesquisa (GIL, 2002, p. 45)

As entrevistas completaram e deram suporte às bases bibliográficas, sendo peças fundamentais para o trabalho, já que os relatos e as memórias são indispensáveis para as insurgências entre as imagens e a memória do local, assim como inserir as “atrizes” da própria cena. Alice Oliveira, Baronesa, Gisele Miranda (Dedé), Sheila Costa, Yone Lindgren e Virgínia Figueiredo confiaram em meu trabalho e foram as interlocutoras desta pesquisa, que gentilmente cederam disponibilidade, memórias e vivências valiosas para pesquisa, colocando-as no papel.

Virgínia Figueiredo, uma das entrevistadas, pontua em uma pequena biografia²² de sua longa trajetória militante: “Não sou acadêmica, mas como venho do movimento popular, a minha frase é: **‘não fale de e por nós, sem nós’**”. Esse trabalho não faria sentido sem essas vozes e sem as que, ainda, estão por vir, reforçando o caráter contínuo da pesquisa.

5.3. PLANTA-MONTAGEM

Reivindicar uma herança consiste em recompor, remontar, a partir de fragmentos heterogêneos da memória coletiva, um outro passado e, assim, reivindicar também outras possibilidades de futuro (BERENSTEIN, 2021).

Para manusear, analisar e organizar todo material coletado, me apoio na ideia de montagem urbana proposta por Paola Jacques Berenstein, como um meio formal de buscar “formas mais complexas de ver, apreender a realidade, como aquela oferecida pelo caleidoscópio” (JACQUES, 2015, p. 48).

A montagem oferece uma visão caleidoscópica expandida que, ao fazer colidir vários pontos de vista em uma imagem, sugere uma experiência de desdobramento do tempo. (TEITALBAUM apud JACQUES, 2015, p. 48)

22. Minibiografia completa em homenagem feita por Rita Colaço no site “**Memórias e Histórias das Homossexualidades**” (2020).

Disponível em:



Trata-se de uma organização tecida por um gesto inspirado no Atlas de Aby Warburg, propondo uma “forma visual de conhecimento” (DIDI-HUBERMAN, 2010)²³, no esforço de fazer entender — a partir do acervo construído (montado) durante o processo de pesquisa — os nexos inesperados, as conexões entre diferentes imagens ou os próprios intervalos entre elas, no vazio, nas lacunas, nas descontinuidades que emergem durante a própria prática da montagem.

[...] A primeira etapa desse caminho será aplicar à história o princípio da montagem. Isto é: erguer as grandes construções a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão [...]. Portanto romper com o naturalismo histórico vulgar. Aprender a construção da história como tal. (BENJAMIN, 2009, p. 503)

Para Benjamin, o processo de montagem desmonta a linearidade histórica e as formas de se pensar e narrar a história baseadas numa simples continuidade ou linearidade histórica como mera sucessão de tempos homogêneos (JACQUES, 2015, p. 77). Portanto, à luz de pesquisadores como Walter Benjamin, Aby Warburg, Georges Didi-Huberman e Paola Jacques Berenstein, que estudaram essa postura como método de problematização das ideias, utilizo-me da montagem, desmontagem e remontagem dos vestígios (de imagem, entrevistas, relatos), a fim de espacializar o vazio, os embasamentos e as lacunas que existem nessa memória.

A montagem surge como uma forma de afronta ao apagamento da memória do espaço, pois, atualmente, o local funciona como um vestiário da rede de restaurantes Famiglia Mancini e, além de não ser permitido o acesso ao local para fins de pesquisa, não há nada que indique a memória do local. Além disso, a Secretaria Municipal de Gestão/Arquivo Geral possui acesso a arquivos dos processos encerrados, que podem conter Alvará de Aprovação, Execução de Edificação Nova, Certificado de Conclusão de Obra, entre outros documentos como a planta e as vistas do imóvel, porém, devido à pandemia da covid-19, os desarquivamentos estão sendo realizados apenas em caso de calamidade pública.

Desse modo, pela montagem, desmontagem e remontagem dos vestígios (de imagem, entrevistas, relatos), busco espacializar

23. “Atlas, finalmente, deu o seu nome a uma forma visual de conhecimento: ao conjunto de mapas geográficos, reunidos em um volume, geralmente, em um livro de imagens, cujo destino é oferecer aos nossos olhos, de maneira sistemática ou problemática — inclusive poética, com risco de ser errática, ou ainda surrealista — toda uma multiplicidade de coisas reunidas por afinidades eletivas, como dizia Goethe. [...] No âmbito das artes visuais, o atlas de imagens, Atlas Mnemosyne, composto por Aby Warburg entre 1924 e 1929, que ficou inacabado, constitui para qualquer historiador da arte — e para todo artista hoje — uma obra de referência e um caso absolutamente fascinante” (DIDI-HUBERMAN, 2011).

o vazio e as lacunas que existem na memória física. A proposta é que esse “produto” apresentado não se dê enquanto findado, pois é uma construção constante a partir das falas que desejo seguir coletando. As imagens geradas não pretendem ser fiéis ao que foi o espaço, muito menos gerar um falso histórico, mas sim potencializar os fragmentos que ainda existem, como as memórias e lembranças.

5.4. CARTOGRAFIA DO BREJO

Em uma referência aos mapas psicogeográficos dos internacionais situacionistas²⁴ que, para além de representações formais do espaço, se utilizavam de outros parâmetros e relações de afetividade entre os sujeitos e a cidade (JACQUES, 2012), propõe-se outro desdobramento gráfico. Este consiste no mapeamento do complexo de bares e pontos de socialização frequentados majoritariamente pelo público de mulheres lésbicas e bissexuais na região central metropolitana, no Bairro do Bixiga, durante os anos 70 e 90, período de existência do objeto central do trabalho, o Ferro's Bar.

Olhar para o Ferro's, sobretudo pelas memórias de quem viveu esse período, foi sem dúvida perambular por todos esses outros locais que faziam parte da noite de São Paulo, mostrando esses espaços como possibilidade da *performance*, seja da sexualidade, do lazer, do prazer e aponta muitos marcadores, principalmente o de classe e raça dentro da militância.

O termo “brejo” é utilizado tendo como referencial o local que costuma habitar muitos sapos, fazendo analogia à forma como lésbicas também são reconhecidas: sapos, sapatão, sapata e sapatonas, etc. A cartografia pode ser acessada pelo [link abre.ai/cartografiadobrejo](http://link.abre.ai/cartografiadobrejo)²⁵.

6. PEDINDO A CONTA

As etapas deste trabalho são a própria proposta projetual em construção. Portanto, após essa imersão histórica em torno do objeto de partida, proponho, a partir daqui, compartilhar o memorial de lembranças que resultou na simulação virtual do Ferro's Bar, uma parte do resultado da articulação do arquivo colecionado aos vestígios de memórias com diálogos realizados com as frequentadoras do Ferro's.

24. Grupo francês na década de 1960, crítico ao pensamento urbanístico moderno, que, além dos mapas psicogeográficos, desenvolveu outras concepções como a deriva urbana e a errância pelas ruas (JACQUES, 2012).

25. Disponível em:



Aqui, deixo o convite para que entremos nesse bar, onde nos juntaremos às mesas de Alice, Jane, Dedé, Sheila, Yone, Virgínia e tantas outras para conversar sobre a vida, conhecer suas histórias, debater política e partilhar afetos. Disseram-me que a cerveja é bem gelada e que os petiscos são incríveis.

Para acessar a simulação virtual do Ferro's Bar (memorial de lembranças): abre.ai/simulacaovirtualferros²⁶.

26. Disponível em:



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eneida de; BÓGEA, Marta. **Esquecer para preservar**. Arquitetos n.º 091 de dezembro de 2007. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.001/1006. Acesso em: 18 de abr. 2021.

AGÊNCIA TODAS. **Conheça o ‘Stonewall’ brasileiro, o levante liderado por lésbicas e apoiado por feministas**. Partido do Trabalhador, 2020. Disponível em: pt.org.br/conheca-o-stonewall-brasileiro-o-levante-liderado-por-lesbicas-e-apoiado-por-feministas/#:~:text=O%20levante%20do%20Ferro's%20Bar,reafirmar%20sua%20exist%C3%Aancia%20e%20dignidade. Acesso em: 06 mai. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARQUIVO LÉSBICO BRASILEIRO. Imprensa lésbica brasileira: 40 anos de existência e muito por fazer. *In*: **Diadorim on-line**. 2021. Disponível em: www.adiadorim.org/post/imprensa-lesbica-brasileira-40-anos-de-existencia-e-muito-por-fazer. Acesso em: 06 mai. 2021.

BRESCIANI, M. S. **Dimensões do estar no mundo/cidades**: o público, o privado, o íntimo. *In*: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. *Corporidade: gestos urbanos*. Salvador: Edufba, 2017, p. 103-149.

BENEDITO, Mouzar. **De bar em bar XXIV**: Ferro's Bar. Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: blogdaboitempo.com.br/2013/05/08/de-bar-em-bar-xxiv-ferros-bar. Acesso em: 1º mai. 2021.

BOLETIM CHANACOMCHANA. São Paulo, GALE, n. 4, 1983.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. *In*: FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. **Cidade & História**. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. ANPUR, 1992, p. 11- 26.

COMISSÃO DA VERDADE. **Ditadura e homossexualidades**: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. [2014]. Disponível em: verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html. Acesso em: 06 mai. 2021.

COLAÇO, Rita. **Operação Sapatão** — Richetti 15 nov 1980. Memória/História MHBMLGBT. 05 abr. 2009. Disponível em: memoriambh.blogspot.com.br/2009/04/operacaosapatao-richetti-15-nov-1980.html. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Virgínia Figueiredo: lésbica de muitas lutas. *In*: **Memórias e Histórias das Homossexualidades**. 2020. Disponível em: memoriambh.blogspot.com/2020/08/virginia-figueiredo-lesbica-de-muitas.html. Acesso em: 06 mai. 2020.

CHANACOMCHANA. **Ferro's Bar, dia 19 de Agosto**: uma vitória contra o preconceito. São Paulo, n.º 4. São Paulo, 1983.

FIOR, Ana Clara; COMOLATTI, Greta. **Breve histórico do Ferro's Bar**. Outros Urbanismos. Disponível em: outrosurbanismos.fau.usp.br/lugares-memoria-lgbt-sao-paulo/ferros-bar/. Acesso em: 07 maio 2021.

FERNANDES, Marisa. **Entrevista sobre militância, resistência e repressão durante a ditadura civil-militar**. Memorial da Resistência de São Paulo, entrevista concedida a Luiza Giandalia e Julia Gumieri em 24/08/2017.

_____. O movimento de mulheres lésbicas do Brasil. *In*: **Revista Cult On-line**. 2018. Disponível em: revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil. Acesso em: 13 mai. 2021.

_____. A visibilidade lésbica e a história do Ferro's bar. *In*: **Memórias e Histórias de Homossexualidades**. 2020. Disponível em: memoriambh.blogspot.com/2020/08/visibilidade-lesbica-e-historia-do.html?q=ferros. Acesso em: 27 abr. 2021.

_____. Lésbicas e a Ditadura Militar. *In*: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: Edufscar, 2015. p. 125-148.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 1999, p. 454.

_____. **Mais amor e mais tesão:** a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos Pagu N° 15. Filadélfia, 2000. p. 271-295.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan H. Contribuição sobre o tema Ditadura e Homossexualidade para relatório final da Comissão Nacional da Verdade e parceiras”, publicado na obra Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e a busca da verdade. *In: Relatório — Tomo I — Parte II — Ditadura e Homossexualidades:* Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Disponível em: comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Ditadura-e-Homossexualidades-Iniciativas-da-Comissao-da-Verdade-do-Estado-de-Sao-Paulo-Rubens-Paiva.pdf. Acesso em: 06 mai. 2020.

GERABLI, Leila. **História de los bares lésbicos en el mundo.** Mirales, 2019. Disponível em: www.mirales.es/bares-lesbicos. Acesso em: 1° mai. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACQUES, P. B. Pensar por Montagens. *In:* JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. (Org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico:** tomo I — modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018b. p. 206-234.

JORNAL CHANACOMCHANA. São Paulo, 1981.

JORNAL LAMPIÃO. Rio de Janeiro, ano 1, n.º 0, abr. 1978.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Jornal Lampião da Esquina.** Edição n.º 12 — Ano I, maio de 1979. Formato tablóide (43 x 28 cm). Disponível em: cedoc.grupodignidade.org.br/jornal-lampiao-da-esquina-1978-1981/12-ed-jornal-lampiao-da-esquina-maio-1979. Acesso em: 06 mai. 2021.

LESSA, Patrícia. **Visibilidade e ação lésbica na década de 1980:** uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana. *Gênero, Niterói*, v.8, n.º 2, 2008, p. 301-333.

KETRYN CARVALHO. **Chanacomchana:** Conheça a história do Stonewall brasileiro. Observatório G, 2020. Disponível em: observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro. Acesso em: 06 mai. 2021.

MARTINHO, Míriam. **Tributo a Rosely Roth e Livro Dia do Orgulho das Lesbianas do Brasil**. 2012. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html. Acesso em: 1º mai. 2021.

_____. **19 de agosto**: há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. 2019. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Um outro olhar**: para mulheres lesbianas e afins. Rede Informação Um Outro Olhar. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br. Acesso em: 07 mai. 2021.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Luana Farias. **Quem tem medo de sapatão?** Resistência lésbica à ditadura militar no Brasil. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n.º 7, 2017, p. 13.

PEREIRA, Margareth. Pensar por nebulosas. *In*: JACQUES, Paola; PEREIRA, Margareth (Org.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: Modos de Pensar. Salvador: Edufba, 2018.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese de Doutorado. São Paulo, 2017. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php. Acesso em: 07 mai. 2021

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. SP: Expressão popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

UM OUTRO OLHAR. **19 de Agosto**: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. Disponível em: www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contra-discriminacao-no-brasil.html. Acesso em: 10 ago. 2018.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

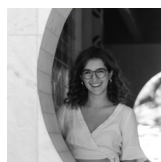
Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

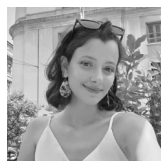
Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

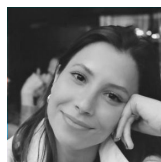
Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

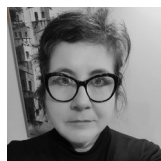
Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

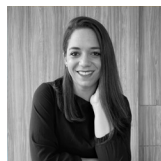
Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPARG - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvilela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

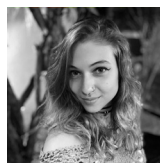
Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

scls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

